



# Prefeitura Municipal de Roseira

Praça Sant'Ana, 201 — Tels. (0122) 46-1210 e 46-1211

12.580 - ROSEIRA

S. PAULO

## L E I Nº 630 DE 07/11/91

REF.: DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

**MESSIAS DE PAULA SANTOS**, Prefeito Municipal. de Roseira, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento a criança e ao adolescente, observada a composição paritária de seus membros nos termos do artigo 88, inciso II da Lei Federal nº 8.069/90.

Artigo 2º - O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é composto por 10 (dez) membros, sendo:

I - Cinco representantes de entidades não governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

II - Dois representantes da Secretaria Municipal da Saúde;

III - Dois representantes do Departamento da Educação e Cultura, sendo um do setor de esportes.

IV - Um representante da Promoção e Ação Social;

§ 1º - Os conselheiros representantes dos Órgãos Públicos, itens II à IV serão nomeadas pelo Prefeito, preferencialmente dentre as pessoas com poder de decisão nos âmbitos dos órgãos que representam.

§ 2º - As entidades não governamentais indicarão seus representantes. Quando exceder o número máximo de 5, serão escolhidos pelo Grupo de Apoio Permanente, as entidades com maior número de atendidos, envolvimento e representatividade na área da criança e do adolescente.



# Prefeitura Municipal de Roseira

Praça Sant'Ana, 201 — Tels. (0122) 46-1210 e 46-1211

12.580 - ROSEIRA

S. PAULO

- § 3º - O grupo de apoio permanente será regulamentado no Regimento Interno.
- § 4º - A designação dos membros do Conselho, compreenderá a dos respectivos suplentes.
- § 5º - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a renovação por apenas uma vez e por igual período.
- § 6º - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.
- § 7º - Havendo vacância ou término de mandato de conselheiros indicados pelo Poder Público Executivo, este indicará substituto no prazo de 10 (dez) dias.
- § 8º - O Coordenador do Conselho será eleito pelos e entre os membros do Conselho que lhe dará posse imediata.

Artigo 3º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - Formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo prioridades e controlando as ações do Executivo.
- II - Opinar na formulação das Políticas Sociais básicas de interesse da Criança e do Adolescente;
- III - Deliberar sobre a conveniência, necessidade e oportunidade de implantação de programas e serviços, que atendam ao disposto na Lei Federal nº 8.069/91, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento, em função dos recursos financeiros existentes no Fundo Municipal;
- IV - Propor modificações nas estruturas das Secretarias e Órgãos da Administração ligadas à promoção, prestação de serviços e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- V - Opinar sobre o orçamento municipal destinado à assistência



# Prefeitura Municipal de Roseira

Praça Sant'Ana, 201 — Tels. (0122) 46-1210 e 46-1211

12.580 - ROSEIRA

S. PAULO

cia social, saúde e educação da criança e do adolescente, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;

- VI - Opinar sobre a destinação dos recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a adolescência;
- VII - Proceder a inscrição de Programa de proteção sócio-educativos de entidades governamentais e não governamentais na forma dos artigos 90 e 91 da Lei Federal nº 8.069/90;
- VIII - Dar posse aos membros do consêlho:
  - > a) O primeiro Consêlho será empossado pelo Prefeito Municipal;
- IX - Solicitar as indicações para o preenchimento de cargo de conselheiro, nos casos de vacância ou de término de mandato;
- X - Gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, alocando recursos para os programas governamentais e repassando suas verbas para as Entidades não governamentais;
- XI - Fixar critérios de utilização do Fundo Municipal, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento sob a forma de Guarda de Criança ou Adolescente órfão ou abandonado de difícil colocação familiar sob a supervisão do conselho tutelar;
- XII - Elaborar o seu Regimento Interno.

Artigo 4º - O Conselho Municipal manterá uma Secretaria Geral destinada ao suporte administrativo e financeiro necessários ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários próprios ou cedidos por órgãos públicos ou privados.

Artigo 5º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá solicitar assessoria técnica aos Órgãos Públicos Municipais, Estadual e Federal.



# Prefeitura Municipal de Roseira

Praça Sant'Ana, 201 — Tels. (0122) 46-1210 e 46-1211

12.580 - ROSEIRA

S. PAULO

## CAPÍTULO II

### DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Artigo 6º - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim constituído:

- I - Pela doação consignada anualmente ao fundo no orçamento do Município, destinado à criança e ao adolescente;
- II - Pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - Pelas doações, auxílios, contribuições e legados e outros que lhe venham a ser destinados; inclusive os constantes no Artigo 260 da Lei Federal nº 8.069/90;
- IV - Pelos valores provenientes de multas decorrentes de penalidades administrativas e ações previstas na Lei Federal nº 8.069/90;
- V - Pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

Artigo 7º - O Fundo Municipal será regulamentado por Decreto expedido pelo Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO III

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 8º - No prazo máximo de 30 (trinta) dias da publicação desta Lei, por convocação do chefe do Executivo Municipal, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente reuni-se-á para a posse coletiva e em seguida para elaboração do Regimento Interno.

Artigo 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial para as despesas iniciais decorrentes do cumprimento desta Lei:

GABINETE DO PREFEITO

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

03.81.4832-06-3.1.3.2

CR\$ 500.000,00



# Prefeitura Municipal de Roseira

Praça Sant'Ana, 201 — Tels. (0122) 46-1210 e 46-1211

12.580 - ROSEIRA

S. PAULO

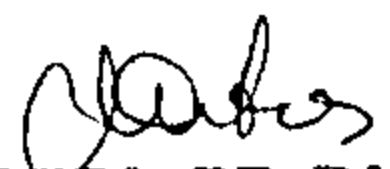
Artigo 10 - O Crédito Adicional Especial mencionado no Artigo anterior correrá por conta do Excesso de Arrecadação, cfr Art. 43 § 3º da Lei nº 4.320/64.

Artigo 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Roseira, 07 de Novembro de 1.991

  
**MESSIAS DE PAULA SANTOS**  
**Prefeito Municipal**

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal no dia 07 de Novembro de 1.991.

  
**MARIA ANTONIA DE PAULA SANTOS**  
**Secretária da Prefeitura**